



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: OS NOVOS ESTIGMAS

Nadilson Ribeiro de Siqueira¹
Maria Auxiliadora Ribeiro Silva²
Marta dos Santos Moreira³

Eixo – Representações Socioespaciais, Educação e Sustentabilidade

Resumo

O objetivo desse breve texto é apresentar o atual panorama marginalizador dos Movimentos Sociais, entre eles, o do Movimento de Luta por Moradia (MLM). Para tanto, será usada, como metodologia, a análise das Representações Sociais sobre Educação Popular do MLM em comparação às declarações do atual Presidente da República. Para melhor compreensão do leitor, esse texto se organiza em breves considerações sobre a relação Movimentos Sociais-Governo, em dois momentos distintos: sob a vigência de um Governo de esquerda e a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida e, atualmente, sob as novas diretrizes propostas pelo atual Governo Federal.

Palavras-chave: Movimento de Luta por Moradia. Educação Popular, Representações Sociais.

Introdução

Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades possibilitando um maior debate sobre as políticas habitacionais brasileiras, já que uma nova estrutura possibilitava a atuação mais direta dos Movimentos Sociais. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo de Arrendamento Residencial, (FAR), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, (FNHIS), o Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES) e uma série de leis decorrentes da nova proposta de gestão do espaço urbano criaram um marco importante para o enfrentamento do déficit habitacional, e acenaram com a possibilidade de, em pouco tempo, reduzir para patamares admissíveis, a grande quantidade de famílias sem imóveis para

¹UNEB; Mestre; nadilsonarquiteto@gmail.com.

²CAIRU; Mestre; dodora.ribeiro@hotmail.com

³UNEB; Especialista; mmpedagoga@hotmail.com

morar, ou em condições sub-humanas de moradia: o objetivo do Ministério das Cidades era o de zerar esse déficit até 2023 que, segundo a Revista Brasileira de Habitação (2011), alcançou um total de 7,2 milhões de moradias em 2007 (Figura). Entretanto, o Censo Demográfico de 2010 e dados do Ministério das Cidades mostraram que, a despeito dos avanços neste campo, ainda persistiam números preocupantes.

O PMCMV passou a representar o caminho de acesso à casa própria para os Sem-teto, alinhados ou não com o Governo, criando uma nova etapa na discussão a respeito do direito de morar e à cidade. Esta estrutura administrativa passou a contemplar o entendimento de déficit de moradia dos Sem-Teto, não circunscrito apenas à capacidade de aquisição de uma unidade habitacional, mas também outros direitos do cidadão urbano, como serviços essenciais a sua permanência nos locais da nova habitação. De fato, as novas propostas para a habitação popular do Governo Federal também criaram instrumentos para ampliar a participação do povo nos debates a respeito da cidade e da moradia, por meio de eventos municipais, estaduais e federais, como fóruns e Conselhos, que trouxeram elementos como a segurança, transporte e educação para a pauta. A nova moradia tende a ser distante dos centros abastecidos por serviços essenciais e equipamentos urbanos, posto que o custo do solo é mais baixo e impacta significativamente no lucro final do construtor, encarregado da entrega dos espaço construído. Para Campos (2011, p. 23):

A maioria dos empreendimentos está localizada ao ermo, desligado do cotidiano urbano, são conjuntos isolados, não só pela distância do centro, mas pela ausência de elementos caracterizantes de cidade: comércio, vida noturna, postos de trabalho, lazer. São por isso núcleos residenciais isolados, fragmentos de bairro, são assim espaços não urbanos, negação à Cidade.

Uma preocupação constante do MLM sempre foi o de se fazer representar por membros capazes de articularem as demandas dos movimentos com as decisões políticas, além de conscientizarem seus integrantes sobre a importância da participação nos debates e construção de políticas públicas. Com esse propósito, foi criado o Conselho das Cidades, pelo Decreto Nº 5.031, de 2 de Abril de 2004.

O então presidente do Conselho das Cidades, Olívio Dutra, destaca a importância da participação popular e denuncia privilégio dado pelo Estado às elites urbanas:

A participação da sociedade na formulação das políticas públicas rompe com o tratamento desrespeitoso, que foi dado até então, à população em geral, aos estados e

municípios e que produziram um Estado generoso às elites e perverso a milhões de pessoas, além de criar cidades desumanas – com famílias sem moradia, moradias sem endereço, saneamento e segurança, comunidades sem serviços públicos.(Cartilha do Conselho das Cidades, 2004)

É verdade que as discordâncias e divergências políticas-ideológicas preexistem e coexistem à luta pelo direito de morar e são frutos e as causas de tensões internas (dentro do grupo de Sem-teto) e externas (entre os Sem-teto e o Estado) florescidas e/ou potencializadas nas dinâmicas dos movimentos. Porém, com a mudança no cenário político a partir da saída da presidente Dilma Rousseff e a ascensão do Governo Liberal-Conservador do Presidente Jair Bolsonaro, não apenas esse diálogo ficou prejudicado, mas também pôs em marcha uma política de restrição ao debate e criminalização dos Movimentos Sociais.

Este trabalho apresenta as expectativas do MLM de Salvador no campo da educação, elaboradas com base nos integrantes deste importante movimento e, ao mesmo tempo, os discursos de marginalização que foram produzidos desde a campanha eleitoral de 2018. Este confronto tem, por objetivo, denunciar o desconhecimento de quem estigmatiza a luta por direitos, além de propor reflexões sobre o futuro dos movimentos sociais, da educação popular e das representações sociais sobre as reivindicações por moradia, trabalhadas no sentido de isolar ainda mais os já excluídos do espaço urbano.

Metodologia

Buscou-se identificar qual a Representação Social que as lideranças do Movimento de Luta por Moradia de Salvador, Bahia, bem como os seus liderados, possuem sobre Educação Popular. Como resultado, é possível ilustrar os principais pontos identificados nos três maiores grupos de associados do Movimento de Luta por Moradia, MLM, de Salvador, conforme figura abaixo (Figura 1):



Figura 1: Categorias do MLM para Educação Popular.

Fonte: Pesquisa, 2016.

O MLM estruturaram suas associações, desenvolvendo ações em Educação Popular capazes de fortalecer o grupo social por um interesse comum (geração de emprego e renda, educação de jovens e adultos, história e política) e manter os sujeitos conscientes de seu papel político. Como afirma o líder de uma das associações pesquisadas, Manuel Faustino:

“Educação Popular é o eixo e o pilar principal da nossa ação política. Por quê? Porque a gente trabalha consciências. Não dá pra você trabalhar consciências sem você partir de um processo educativo. A gente quer educar as pessoas na perspectiva, primeiro: de que ela se sinta sujeito desse processo educacional. Segundo: esse sujeito tem que ser um sujeito transformador. E essa educação, necessariamente, precisa ser contra hegemônica.” (SIQUEIRA, 2016, P 73)

Em outro polo, podemos perceber a desvirtuação de conceitos constitucionais como Direito à Moradia, Função Social da Propriedade e dignidade humana nas palavras do atual presidente da República, em passagens circulantes. Em palestra ocorrida na Associação Comercial do Rio, o então deputado Jair Bolsonaro e pré-candidato do PSL à Presidência, foi ovacionado por cerca de 300 empresários ao se manifestar contra os movimentos sociais (MST e MTST) com frases como: “marginais que devem ser tratados como terroristas”. “A propriedade privada é sagrada. Temos que tipificar como terroristas as ações desses marginais. Invadiu? É chumbo!” (AGÊNCIA ESTADO, 2018).

Resultados e Discussão

Percebe-se um amadurecimento dos Movimentos Sociais no sentido de uma autonomia organizacional, de uma diversidade de reivindicações e de um posicionamento político definido. Dessa forma, a relação Movimentos Sociais e a Educação Popular, mesmo com formatos diferentes daqueles originais, atuam na formação do sujeito, tornando-o participante ativo das decisões de sua vida, da vida dos outros e na luta pela manutenção dos ideais populares e democráticos. A educação informal, o meio-ambiente, acessibilidade e os relacionamentos sociais estão presentes nas práticas de Educação Popular, mostrando a existência de uma dinâmica para além do ato de reivindicar políticas públicas de moradia.

Por outro lado, fica evidenciada a agressividade com que o discurso do atual Presidente trata sobre os direitos sociais, desconsiderando análises mais agudas e menos apressadas. Em curso, o Governo se aparelha no sentido da desconstrução das organizações populares, buscando assim, enfraquecer bases políticas que possam reerguer a esquerda

política e, assim, ameaçar o poder atual. Trata-se de criar uma representação social dos Movimentos sociais fortemente estruturadas em torno das ideias de oportunismos e saques.

Conclusões

A partir dos dados apresentados pelas lideranças dos Movimentos Sociais, entende-se que as primeiras sementes plantadas na década de 50, em processos de alfabetização de jovens e adultos, com bases nos ideais freirianos de emancipação e de luta contra-hegemônica, e que contribuíram para a Educação Popular, renderam impactos na estrutura social e política do Brasil. Atualmente, o Movimento Social apresenta uma diversidade de bandeiras e de formas de lutas. É inegável que o pensamento crítico e o nível de consciência histórica adquiriram impactaram os grupos populares excluídos, como os Sem-Teto. Historicamente, tiveram apoio nas formas de se organizarem mesmo que suas reivindicações não tivessem atendimento satisfatório.

Entretanto, cerrar os diálogos, excluir ainda mais os já excluídos e, pior, criar uma Representação Social marginalizadora sobre um grupo carente que tenta ter direitos legais atendidos e sofrimentos minimizados, não pode ser entendido como prática de Governo democrático. Estas posturas têm sido reveladas pelas recentes manifestações da presidência da República e políticas públicas propostas, com o aval de um grande número de apoiadores.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, W. M. **A promoção estatal da habitação e o direito à cidade: o PMCMV e a produção habitacional na Bahia.** Seminário Urbanismo na Bahia - Direito à Cidade, Cidade do Direito – UFBA 2011. **Anais...** Salvador: UrbBA, 2011.

BRASIL, **CARTILHA DO CONSELHO DAS CIDADES**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/cartilha-conselho-das-cidades.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2019.

SIQUEIRA, N.R. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO POPULAR: contribuições de uma plataforma virtual colaborativa para o movimento de luta por moradia de Salvador.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Salvador, 2016. Disponível em: < <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2018/09/Mestrado-de-nadilson-final.pdf> > Acesso em 05 de abril 2019.

VEJA RIO. **BOLSONARO DEFENTE ATAQUES À BALA EM PALESTRA NO RIO.** 2018. Disponível em < <https://vejario.abril.com.br/cidades/bolsonaro-defende-ataques-a-bala-a-movimentos-sociais-em-palestra/>> Acesso: 04 de maio de 2019.